

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

#### APRESENTAÇÃO

2020 não foi um ano fácil, não foi um leve; foi um ano que exigiu sacrifícios de todos! Mas não estivemos e nem estamos no mesmo barco, e sim sob a mesma tempestade, uns abrigados e com suprimentos, muitos à deriva. Apesar de tudo o que trouxe de ruim, 2020 nos permitiu (re)descobrir a solidariedade, a empatia, olharmos pra nós mesmos e para os outros com um olhar diferente, por trás da lente da pressa, da indiferença e da individualidade cultivada pelo sistema capitalista.

Para os trabalhadores, novos desafios se somaram aos já existentes: para quem teve o emprego preservado, o teletrabalho muitas vezes foi sinônimo de extrapolação de jornada; os limites entre os ambientes públicos e privados aumentaram a ansiedade; para muitos, a perda do emprego e a falta de perspectivas a médio prazo, considerando a total ausência de medidas sérias por parte do Governo Federal para recuperar a economia.

O trabalho na AFBNB, sob outro formato, não parou e, ao contrário, intensificou-se. E se antes a entidade se norteava pela defesa dos direitos de seus associados, em 2020 o direito primordial foi à vida e à saúde. Foram inúmeras reuniões, ofícios, programas de rádio, notícias, ações judiciais, articulação e mobilizações com outras entidades.

Encerramos 2020 lamentando profundamente todas as perdas ocorridas ao longo do ano, certos de que o número poderia ter sido menor - se tivéssemos um Governo que valorizasse a vida – ou maior, não fosse o Sistema Único de Saúde (SUS), que provou ser mais do que necessário, imprescindível para o País.

Abaixo, resgatamos algumas das ações desenvolvidas pela AFBNB em 2020, agrupadas em dois grandes grupos: ações institucionais e defesa dos trabalhadores. A separação é meramente de ordem organizacional, uma vez que é impossível separar uma coisa da outra. Como sempre dizemos, o BNB só é forte se tiver trabalhadores valorizados e vice-versa. Para lembrar tudo o que foi notícia ao longo de 2020, acesse [www.afbnb.com.br](http://www.afbnb.com.br)

#### AÇÕES INSTITUCIONAIS

#### RESULTADOS

O ano de 2020 começou com boas notícias quanto aos resultados do BNB, o que levou a AFBNB a escrever artigos que foram divulgados na imprensa, tanto no jornal O Estado ("Modelo exitoso: mais uma vez BNB!"), quanto no O Povo ("BNB: Êxito comprovado), nos quais reiterou que os números ratificam a necessidade do banco como instrumento de política econômica e promotora do desenvolvimento.

#### DEFESA DO BANCO

A pandemia não impediu que o Banco fosse desrespeitado pelo Governo Federal, que mais uma vez tentou tratá-lo como moeda de troca. De pronto, a AFBNB manifestou-se, bem como o fez quando de nova incursão contra os fundos constitucionais.

- Em fevereiro, o Senado aprovou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o PL 5.187/2019, o qual determinava que 40% dos recursos anuais de cada fundo constitucional de financiamento pudessem ser geridos por instituições financeiras que não sejam as suas administradoras originais - no caso do FNE, o BNB. A AFBNB de pronto manifestou-se contrária, enviou mensagem aos senadores e conclamou a todos a participarem da consulta pública disponível no site do Senado sobre a matéria, manifestando-se contra o PL.

- Em abril, foi pautado mais uma vez na imprensa nacional a “rifa” nas direções de algumas instituições – entre elas o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Dnocs, além do próprio BNB – em um arranjo rebaixado para premiar partidos políticos como base de sustentação do governo no âmbito do Congresso Nacional. A AFBNB lançou nota repudiando a atitude e cobrando respeito ao BNB e à sua história (relembre matéria sobre o assunto aqui).

- Em junho, o Governo Federal trocou a presidência do BNB, dando posse a Alexandre Borges Cabral. No mesmo dia, a AFBNB foi convidada a participar do Programa O Povo Economia, na rádio O Povo CBN. Na entrevista, a diretora-presidente da Associação destacou a defesa permanente da entidade por um perfil técnico para o preenchimento dos cargos de alta gestão no BNB, elencando alguns pontos como alguém que tenha compromisso; que conheça a história do Banco; que tenha um bom diálogo com a sociedade e com os demais parceiros, inclusive com as entidades representativas de trabalhadores. A permanência de Alexandre Borges no cargo durou pouco mais de 24 horas.

- Ainda em junho, a AFBNB encaminhou ofício para órgãos e instâncias federais - Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União-CGU, Comissão de Ética Pública, Conselho de Administração do BNB e Comissão de Ética do Banco – formalizando a demanda para que adotassem procedimentos necessários no sentido de que o Banco não venha mais a ser vítima de situações vexatórias, inoportunas e injustificáveis, como foi o caso da mudança na presidência, que tantos impactos negativos causam à sua dinâmica, à sociedade e aos trabalhadores. [O documento](#) pode ser lido aqui.

- Com a saída de Alexandre Borges, assumiu interinamente Antônio Jorge Ponte, com quem a AFBNB se reuniu, no dia 8/6, juntamente com o diretor Haroldo Maia Júnior e o Superintendente Marcos Marinelli. A Associação abordou pautas no contexto da pandemia, além de outras que já haviam sido discutidas com a gestão anterior, na perspectiva de dar ciência e prosseguimento na busca de soluções. No âmbito institucional, os dirigentes entregaram documentos que a AFBNB vem utilizando em sua agenda junto ao parlamento e demais setores da sociedade brasileira em prol do fortalecimento do Banco e da valorização dos trabalhadores: a Carta de Brasília, os Relatórios das Reuniões do Conselho de Representantes (RCR), a Carta Compromisso com o Desenvolvimento Regional, além de informativos e matérias da AFBNB.

- Em novembro, a AFBNB enviou ofício à Coordenação da Bancada Nordestina, a parlamentares e setores da economia manifestando preocupação com os fundos constitucionais, motivada pela proposta do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho que prevê redução em uma taxa paga pelo governo a três bancos estatais, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste. Caindo dos atuais 2,4% para 0,5% a taxa paga

para os bancos administrarem os fundos constitucionais que ofertam crédito com juros baixos para empreendimentos no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste. [Veja o ofício aqui](#)

## DEFESA DOS TRABALHADORES

### COVID

A AFBNB adiantou-se nos cuidados com os trabalhadores tão logo foram confirmados os primeiros casos de covid 19 no País.

- Ainda em 17 de março, encaminhou ofício e se reuniu com o Banco para tratar do asseguramento do afastamento dos trabalhadores que regressassem de viagens ao exterior pelo tempo preconizado pelos órgãos de saúde; da possibilidade de execução de trabalho remoto em localidades consideradas mais vulneráveis e da possibilidade de suspender compromissos financeiros, inclusive de funcionários. Essa interlocução prosseguiu durante todo o ano.
- No mesmo mês, a AFBNB enviou ofício a autoridades solicitando intervenção no sentido de fechar as agências bancárias em todo o território nacional. O documento foi enviado aos presidentes da Câmara Federal, Rodrigo Maia; do Senado, Davi Alcoumbre; ao Procurador Geral do Trabalho, Ministro Alberto Bastos Balazeiro; aos presidentes das Assembleias e das Confederações de Trabalhadores do Ramo Financeiro. [Relembre aqui](#).
- Em abril, a AFBNB encaminhou ofício a federações, confederações, centrais representativas, parlamentares e coordenadores do MPT nos diversos estados sobre medidas a serem tomadas em meio à pandemia para resguardar o trabalhador bancário, notadamente os do BNB.
- Também em abril, a Associação encaminhou ofício para a Presidência do Banco e para a Superintendência do Estado do Maranhão externando preocupação em torno do caso confirmado de COVID-19 na Agência Calhau, em São Luiz. O documento pede que seja realizada imediatamente a suspensão das atividades da unidade tendo em vista a ameaça de contaminação a clientes e funcionários, bem como a realização de testes da COVID-19 para que casos diagnosticados sejam imediatamente tratados e a saúde e a vida dos trabalhadores preservada.
- Em maio, a AFBNB enviou ofício ao Banco com questões sobre a pandemia e a situação financeira dos funcionários. Veja o documento.
- Ainda em maio, a AFBNB encaminhou novo ofício ao presidente do Banco do Nordeste do Brasil, alertando para a necessidade de uniformização de procedimentos no Banco e de atitudes concretas e preventivas para os trabalhadores mais vulneráveis – com mais de 60 anos ou com comorbidades. O documento apresentou 7 pontos a serem analisados, que podem ser [vistos aqui](#).
- No início do mês de julho, a AFBNB encaminhou ofício à direção do BNB cobrando a reversão do retorno ao trabalho presencial, de acordo com o cronograma de retorno das atividades presenciais divulgado aos trabalhadores. A reivindicação foi atendida: o BNB reconsiderou a decisão e anunciou o adiamento do cronograma

- Em agosto, dando sequência à inserção na luta pela prevenção e combate ao Coronavírus (Covid – 19) a AFBNB intensificou a interlocução junto à Gestão do BNB no sentido de proteger os trabalhadores, bem como os próprios usuários dos serviços do Banco, encaminhando novo ofício ao Presidente do Banco, no qual fundamentava as razões para que não haja a flexibilização do retorno às atividades.

- Em setembro, durante reunião com o Presidente do BNB, a AFBNB reiterou a reivindicação que já apresentara noutras oportunidades, inclusive por meio de ofício, acerca do assunto, de que o retorno para os funcionários enquadrados no chamado “grupo de risco” só ocorra quando existir uma situação de controle efetivo da Covid-19, sem maiores riscos de contaminação, o que só será possível com a existência da vacina, após a consequente política de imunização.

## **AÇÕES JUDICIAIS**

Além do acompanhamento de ações ingressadas anteriormente, cuja tramitação permanece, a AFBNB recorreu à Justiça em 2020 com novas ações visando proteger os direitos dos trabalhadores do Banco.

- Em maio, o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região julgou favorável o pleito da AFBNB em ação judicial, requerendo o cumprimento da jornada de seis horas para os funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que desempenham a função gerentes de suporte operacional (GSO). A ação (processo de nº ROT-0002185-41.2018.5.22.0002) é de 2018 e segue tramitando.

- No primeiro semestre de 2020, a AFBNB ingressou com ação na justiça para sustar efeitos da Resolução 23 CGPAR sobre a Camed: trata-se do processo nº 0806658-77.2020.4.05.8100/2020 que tramita na 6ª Vara Civil Federal (CE).

- Em setembro, a AFBNB obteve uma importante vitória nos autos do Processo Nº 0806658-77.2020.4.05.8100, em trâmite na 6ª Vara da Justiça Federal do Ceará, por meio da decisão determinando a suspensão dos efeitos da Resolução Nº 23/2018 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A Justiça Federal do Ceará concedeu o pedido de Tutela Provisória, reconhecendo que “especificamente em relação aos associados da Requerente, que constitui o objeto da presente demanda, os impactos da Resolução nº 23/2018-CGPAR representam um grave retrocesso às conquistas de diversas décadas sobre um plano de assistencialismo justo e eficaz aos empregados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)”.

- Também em setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou o BNB a pagar a diferença alusiva à participação nos lucros e resultados (PLR) de 2012 aos funcionários da Instituição. A Ação, que foi impetrada pela AFBNB em 2014 sob o número 0001973 54 2014 503 0013/2014 na 13ª Vara da Justiça do Trabalho em Belo Horizonte, decorreu do ajuste realizado pelo Banco no exercício de 2012, o qual ocasionou um incremento no lucro líquido, sem no entanto ter sido considerada a diferença do citado ajuste para efeito da PLR dos trabalhadores.

- Em novembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou provimento aos embargos de declaração impetrados pelo BNB nos autos do processo movido pela AFBNB com vistas ao

pagamento da diferença alusiva à PLR de 2012 em prol dos seus associados, o que se configurou em mais uma vitória no percurso rumo à reparação dessa injustiça.

- Ainda em novembro, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região indeferiu o 'Agravo de Instrumento' interposto pela União nos autos do processo Nº0806658-77.2020.4.05.8100, em trâmite na 6ª Vara da Justiça Federal do Ceará, movido pela Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) para anular os efeitos da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) em relação à Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do BNB (Camed). Com a decisão ficou mantido o veredicto da Justiça em sentença do dia 10 de setembro, prevalecendo assim a decisão Liminar contra a referida Resolução, o que impede que qualquer medida referente recaia sobre a Camed, ou seja, o BNB continua desobrigado a adotar medidas neste sentido (veja aqui).

- No mesmo mês, em nova decisão sobre ação da AFBNB que pede tanto a não incidência de imposto no Auxílio Creche dos funcionários do BNB, assim como a própria restituição dos valores pagos indevidamente, a Justiça acolheu recurso dos advogados da entidade para que tais valores sejam devidamente devolvidos aos trabalhadores. Importante destacar que ainda em julho de 2019 a 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) concedeu liminar favorável à ação impetrada pela AFBNB contra a União, datada de maio de 2019, suspendendo a incidência do Imposto de Renda (IR) sobre o auxílio. Já em março de 2020 a Justiça Federal da 1ª Região sentenciou o Mandado de Segurança impetrado pela AFBNB, confirmando a liminar já deferida, que beneficia os associados. Apesar da decisão de momento, que consta nos autos nº 1013393-28.2019.4.01.3400 (tramitação pelo PJE em Brasília-DF), ainda cabe recurso ao Fisco sobre a decisão proferida pela justiça, ou seja, deve-se aguardar por novos desdobramentos acerca da matéria e o trânsito em julgado da sentença, isto é, a conclusão dos prazos recursais.

- Encerrando o mês de novembro, em decisão, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região indeferiu o 'Agravo de Instrumento' interposto pela União nos autos do processo Nº0806658-77.2020.4.05.8100, em trâmite na 6ª Vara da Justiça Federal do Ceará, movido pela AFBNB para anular os efeitos da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) em relação à Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do BNB (Camed). Com a decisão fica mantido o veredicto da Justiça em sentença do dia 10 de setembro último, prevalecendo assim a decisão Liminar contra a referida Resolução, o que impede que qualquer medida referente recaia sobre a Camed, ou seja, o BNB continua desobrigado a adotar medidas neste sentido.

## **DEMANDAS DOS TRABALHADORES**

Além da insegurança com a própria vida e saúde, os trabalhadores demandaram preocupação com questões como transferência, sistema de avaliação, endividamento... Todas as demandas que chegaram à Entidade foram tratadas com a gestão do Banco:

[AFBNB segue em ação permanente](#)

[Margem EAP – AFBNB solicita melhoria na política de empréstimos](#)

[AFBNB reitera demandas em reunião virtual com direção do BNB](#)

[AFBNB se reúne com Presidência do Banco](#)

[AFBNB encaminha demandas da base ao Banco](#)

[Campanha Nacional dos Bancários 2020: É hora de participar e reafirmar as bandeiras de luta! Unidade, democracia, participação e pluralidade são fundamentais para a vitória.](#)

[Campanha Salarial 2020: AFBNB reafirma bandeiras de luta e reivindicações dos trabalhadores](#)

[Campanha Nacional dos Bancários 2020 – Diante do desrespeito dos patrões, AFBNB reitera mobilização dos trabalhadores](#)

[AFBNB solicita suspensão de cobrança indevida à Cooperforte](#)

[Defesa dos trabalhadores: Associação reitera demandas junto ao Banco](#)

[AFBNB cumpre agenda no Gabinete da Presidência do Banco](#)

[AFBNB reitera demandas dos trabalhadores à presidência do BNB](#)

[AFBNB reitera demandas junto ao Banco](#)

## **CAMED**

2020 foi um ano importante para a CAMED. A Caixa Médica esteve no centro das atenções com a possibilidade de o BNB sair da condição de mantenedor – uma das repercussões nefastas da resolução 23 da CGPAR. Isso exigiu da AFBNB ações conjuntas em diversos âmbitos – campanha de comunicação, mobilização da base, ação jurídica – em defesa da CAMED e que foi vitoriosa.

- Tão logo tomou conhecimento da consulta para alteração do Estatuto da Camed, em junho, a AFBNB posicionou-se contrária e começou uma campanha informativa alertando para os riscos da mudança e orientando o voto NÃO. Relembre aqui.

- Em julho, lançou um cronômetro digital da contagem regressiva pelo ‘voto NÃO’ em defesa da Camed.

- Em agosto, a AFBNB ingressou na Justiça solicitando a suspensão da consulta aos associados e obteve liminar favorável (veja aqui). A CAMED, por sua vez, cumpriu a liminar e suspendeu o processo.

- Em setembro, a AFBNB obteve uma importante vitória nos autos do Processo Nº 0806658-77.2020.4.05.8100, em trâmite na 6ª Vara da Justiça Federal do Ceará, por meio da decisão determinando a suspensão dos efeitos da Resolução Nº 23/2018 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). A ação foi impetrada pela AFBNB contra a União no intuito de que os efeitos da referida Resolução não recaiam sobre a CAMED. Pela R23 da CGPAR, o Governo Federal impõe restrições quanto à participação de empresas estatais federais na qualidade de patrocinadoras e de mantenedoras dos respectivos planos de saúde dos seus funcionários, como é o caso do BNB em relação à CAMED, haja vista as duas prerrogativas cumprirem ao Banco, nos termos do estatuto social da Caixa Médica.

- Em outubro, a AFBNB se reuniu com a Diretoria Executiva da Camed. Os dirigentes da Associação abordaram sobre o atendimento aos procedimentos, despesas referentes aos procedimentos que não são cobertos pela Camed, acompanhamento dos casos de adoecimento, consultas médicas, credenciamento de profissionais, bem como acerca dos processos jurídicos movidos pela Associação em defesa da Caixa Médica e dos associados. A Camed por sua vez contextualizou acerca das atividades implementadas, contas, resultados, atendimentos, programas em andamento, projetos a serem implantados, a exemplo do serviço de “telemedicina”, demandas diferenciadas entre outros. Destacaram ainda os direcionamentos adotados no contexto do enfrentamento à Pandemia do novo coronavírus, tanto do ponto de vista interno, quanto em relação aos associados.

- Em novembro, a Associação compartilhou a petição pública de iniciativa da Associação dos Participantes de Fundos de Pensão (ANAPAR) em defesa dos planos de autogestão.

- Também em novembro, diante da eleição da CAMED para a escolha de membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, com os respectivos suplentes, e para a Ouvidoria a AFBNB recomendou voto na CHAPA 1 para os Conselhos e 1 para Ouvidoria.

- No mesmo mês, a AFBNB foi a público repudiar a campanha difamatória que estava sendo veiculada na mídia contra a CAMED, por iniciativa da diretoria do Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará, alegando baixos valores nos honorários dos médicos. Contudo, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) – entidade à qual a CAMED é vinculada, informou em nota que os “contratos de credenciamento são firmados, em sua maioria, com pessoas jurídicas, com estrita observância das normas previstas nas Resoluções Normativas 363 e 364, de 2014, inclusive com referência a definição das cláusulas de reajuste, garantida a livre concorrência.”, conforme pontuou a própria Camed ao se manifestar sobre a questão. Em defesa da CAMED, a AFBNB reiterou que tal conduta é absolutamente reprovável e vai de encontro aos princípios e histórico da AFBNB em lutar sempre em prol da saúde e da vida dos trabalhadores do BNB, os quais têm na sua Caixa Médica uma conquista vital e essencial.

## **CAPEF**

A pauta previdenciária continuou no rol das ações da entidade. Em maio, a AFBNB encaminhou à direção da CAPEF outro ofício no qual apresentou demandas dos seus associados quanto à necessidade da melhoria da margem para o empréstimo assistencial a participante (EAP) e encaminhava sugestões, entre elas a elevação do percentual de comprometimento da Capef para carteira (EAP) ao patamar facultado no estatuto (15%), hoje sendo praticado ao nível de 2% e a compatibilidade do prazo para reembolso dos compromissos de modo a assegurar o percentual máximo de comprometimento mensal da renda ou benefício.

Em resposta, a Capef nos informou que em decorrência dos efeitos provocados pela pandemia do novo coronavírus, o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência aprovou algumas medidas na Política de Empréstimos, visando suavizar os efeitos da crise econômica e beneficiar os participantes dos Planos administrados pela Capef..

- Outra contribuição positiva no debate sobre a política de empréstimos foi dada pelo funcionário aposentado e assistido da Caixa de Previdência Luciano Guerra, no documento “O que eu aprendi sobre os empréstimos da CAPEF”, divulgado pela AFBNB, no qual compartilha

ponderações sobre dúvidas frequentes – a exemplo da repactuação e suspensão programada de dívidas – além de apontar possibilidades para os associados que buscam entender e administrar melhor seus empréstimos.

- Em todos os momentos a AFBNB reitera que sua luta é por dignidade previdenciária, por ganhos reais de salário e por melhoria efetiva no plano de cargos, o que não impede a Entidade de acompanhar e levar ao conhecimento da Capef os anseios da base no que se referem à política de empréstimo da Caixa de Previdência. A Associação continuará pautando as demandas que entende como melhorias na política de EAP mas que não foram contemplados até então.

- Em julho, a AFBNB encaminhou documento à Capef em que traz demandas acerca da manifestação de diversos associados sobre o caso de descumprimento da prerrogativa da isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as contratações de EAP. No ofício a Associação faz menção ao Decreto 10.350/2020, sua aplicação neste caso e solicita que a Caixa reveja a medida em favor dos associados.

- A Diretoria da CAPEF reuniu-se e deliberou, em caráter excepcional, que as propostas gravadas até as 12 horas do dia 03/07, último dia de vigência do Decreto 10.305, fossem liberadas no mesmo dia 03/07, em atendimento à demanda da AFBNB.

- Em agosto, setembro e outubro, a AFBNB participou respectivamente do 1º, do 2º e do 3º Encontro On-Line com Participantes da Capef. Os eventos reuniram virtualmente trabalhadores da ativa, aposentados, diretores da AABNB e gestores do BNB e da CAPEF.

## **CONCURSADOS**

- A luta pela convocação dos concursados é uma constante na AFBNB e consta entre as pautas discutidas com a gestão do Banco em todas as situações de reunião. Uma das reivindicações da entidade é a necessidade de se quebrar as travas quanto ao percentual de reposição de pessoal em relação ao quantitativo de desinvestimento (25% atualmente) e do teto para o efetivo de funcionários.

- Em junho, aconteceu uma reunião entre a AFBNB e os aprovados no concurso de 2018, que aguardam a convocação para o quadro de funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os dirigentes da Associação contextualizaram sobre o histórico em torno da questão – luta por concursos e pelo convocação – como pauta recorrente da Entidade e destacaram as jornadas nesta perspectiva, além da abordagem junto ao Banco, interlocução no âmbito do parlamento, audiências nas casas legislativas e no Ministério Público do Trabalho (MPT), inserção na imprensa, notas, manifestações, etc, sempre com a fundamentação da necessidade de mão de obra para que o BNB tenha a condição adequada para cumprir a sua missão.

A discussão pairou em torno das questões pertinentes à demanda: carência de pessoal, reposição de mão de obra em relação à possível política de incentivo ao desligamento de pessoal, teto de funcionários determinado pelo governo, Lei de Apoio aos Estados (sancionada recentemente) quanto ao possível impacto sobre convocações nas estatais e quanto à suspensão do prazo do concurso, além da prorrogação do Edital. Foram apontadas pelos participantes como linhas de ação: buscar a interlocução com o parlamento, casas legislativas e Ministério Público do Trabalho, instâncias de governo e com o próprio BNB, bem como o



estabelecimento de uma comissão entre as partes para a implementação e o acompanhamento permanente das ações.

## **ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS**

A distância não foi impedimento para a interação da AFBNB junto às entidades parceiras. No início do ano, seja de forma presencial ou virtual.

- Em janeiro, participou de Encontro dos Bancários do Maranhão, cuja pauta abordou o debate sobre conjuntura e organização das lutas para 2020: Saúde da categoria, enfrentamento à MP 905/2019 que objetiva aprofundar a desconstrução de direitos trabalhistas.

- Em fevereiro, a AFBNB participou de manifestação contra a reestruturação em curso no Banco do Brasil. O ato foi realizado pelo Sindicato dos Bancários do Ceará na porta da agência Praça do Carmo, no centro de Fortaleza e reuniu trabalhadores e lideranças da CUT, Intersindical, CSP Conlutas e Travessia, etc.

- Em abril, somando-se à luta de diversas organizações de trabalhadores, a AFBNB reiterou seu posicionamento e conclamou os trabalhadores do BNB a manifestarem-se contra a Medida Provisória 905/2019, que instituiu o regime do chamado “contrato verde e amarelo”

- Também em abril, a AFBNB assinou e divulgou a Nota Pública do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), dirigida aos senadores da República, com exposição de motivos contra a MP 905/2019.

- Em junho, a AFBNB se posicionou contrariamente a Medidas Provisórias que considera prejudiciais aos trabalhadores no âmbito das MPs 927 e 936. Nesse sentido, subscreveu os documentos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT e outro em conjunto com entidades afins e sindicatos. [Leia aqui os documentos.](#)

- Em dezembro, a AFBNB participou do Ato virtual “PDC 956 Já! Em Defesa dos planos de saúde de autogestão”, organizado por diversas entidades que atuam em prol da saúde dos trabalhadores e de seus planos. O ato teve a participação de diversas representações de entidades como ANAPAR, FENAE e ANAB, além de parlamentares como a Deputada Érica Kokay e objetivou chamar a atenção da sociedade para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 956/18, de autoria da deputada que susta os efeitos da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (conhecida como CGPAR 23). Em sua participação, Rita Josina enfatizou a luta da AFBNB em defesa da Camed e do próprio PDC 956/18, além de destacar que a AFBNB tem participado de eventos e discussões sobre assunto, divulgando em seus canais e a ação jurídica da AFBNB nesse sentido, se somando a luta política em prol do PDC. [O ato pode ser assistido aqui.](#)

## **COMUNICAÇÃO**

Antes mesmo da pandemia, preocupada em se aproximar cada vez mais de sua base, a AFBNB estreou o programa Nossa Voz, ao vivo, no facebook e youtube. Durante a pandemia, discutiu

diversos temas e contou com a participação do presidente do BNB, Romildo Rolim, na edição sobre o aniversário do Banco; e de parceiros como o professor Fábio Sobral, Eloy Natan (Presidente do Sindicato dos Bancários do Maranhão), Ladislau Dowbor (Economista e professor da PUC-SP), Silvio Kanner (AEBA), da psicóloga Solange Silva, entre outros.

Além disso, seguiu produzindo o jornal Nossa Voz, divulgado em formato virtual.

[AFBNB estreia programa ao vivo no facebook](#)

[AFBNB debate crise sanitária, sistema financeiro e o papel dos Bancos Públicos](#)

[Programa “Nossa Voz” debate Bancos públicos, trabalho do Bancário e crise sanitária](#)

[Jornal Nossa Voz: Edição virtual de julho já está disponível](#)

[Programa Nossa Voz: Dowbor e a “pedagogia da economia”](#)

[AFBNB divulga nova edição do jornal Nossa Voz em formato digital](#)

[Programa Nossa Voz: crise aprofunda perseguição a sindicalistas](#)

[AFBNB debate pandemia, defesa dos órgãos públicos e desenvolvimento regional no programa Nossa Voz](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 11 – AFBNB faz balanço do semestre](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 12 – Por que votar ‘NÃO’ na alteração do Estatuto da Camed](#)

[Programa Nossa Voz Especial – BNB 68 anos](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 13 – As caixas médicas e a saúde do trabalhador](#)

[Jornal Nossa Voz: Edição celebra os 68 anos de BNB](#)

[Programa Nossa Voz aborda o combate ao coronavírus e a defesa da Camed e dos trabalhadores](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 14 – A saúde do trabalhador em primeiro lugar](#)

[Defesa da Camed: Jornal Nossa Voz destaca campanha pelo voto “NÃO”](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 15 – O papel do BNB, a saúde dos trabalhadores e a Defesa da Camed](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 16 – Defesa da Camed e Campanha Salarial em destaque](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 17 – As ações da AFBNB em prol de seus associados](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 18 – AFBNB em ação!](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 19 – Defesa das conquistas e da saúde dos trabalhadores](#)

[Luta em defesa das conquistas e da saúde dos trabalhadores é o tema da edição do Nossa Voz](#)

[Jornal Nossa Voz : A AFBNB sempre em defesa da Camed!](#)

[Programa NOSSA VOZ Ed. 20 – A saúde mental do trabalhador bancário e a importância do diálogo](#)

Programa NOSSA VOZ Ed. 22 – AFBNB e a luta em prol dos trabalhadores e dos Fundos Constitucionais

Programa Nossa Voz faz retrospectiva de 2020